

apropos

[Perspektiven auf die Romania]

Sprache / Literatur / Kultur / Geschichte / Ideen / Politik / Gesellschaft

5 | 2020

Außenseiterdiskurse – interdisziplinäre Perspektiven auf ein
anhaltend aktuelles Phänomen

Rezension von Afonso, Raquel. 2019. *Homossexualidade e Resistência no Estado Novo*. Lisboa: Lua Eléctrica.

Fernando Curopos

apropos [Perspektiven auf die Romania]

hosted by Hamburg University Press

2020, 5

pp. 159-164

ISSN: 2627-3446



Online

<https://journals.sub.uni-hamburg.de/apropos/article/view/1587>

Zitierweise

Curopos, Fernando. 2020. „Rezension von von Afonso, Raquel. 2019. *Homossexualidade e Resistência no Estado Novo*. Lisboa: Lua Eléctrica“, *apropos [Perspektiven auf die Romania]* 5, 159-164. doi: 10.15460/apropos.5.1587

Except where otherwise noted, this article is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International license (CC BY 4.0)



creative commons



Indexed in
DOAJ
DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

Fernando Curopos

Recensão

AFONSO, Raquel. 2019. *Homossexualidade e Resistência no Estado Novo*. Lisboa: Lua Eléctrica.

Fernando Curopos

é professor auxiliar na Universidade
Sorbonne Université

curoposfernando@yahoo.fr

Palavras-chave

História portuguesa contemporânea – Estado Novo – sexualidade – homossexualidade – estudos *queer*

Na introdução ao volume *Lusosex: Gender and Sexuality in the Portuguese-Speaking World*, Fernando Arenas e Susan Canty Quilan indicavam, em 2002: «[...] the insights of queer theory seldom have been incorporated into academic research in the various Lusophone fields, and when they have, it has taken place mainly in the North American academic milieu. [...] This can be explained by the continued conservatism associated with the subject matter and the reluctance of most academic institutions – reflecting societal prejudice – to open spaces for new and controversial fields of inquiry in Brazil, Portugal, or Lusophone Africa» (Arenas 2002, XV). No que diz respeito a Portugal, verdade seja dita, os preconceitos com relação aos estudos LGBTQ continuam a ser uma realidade e, salvo raras exceções, os mais instigantes trabalhos críticos aplicados a temas portugueses vieram de fora: do Brasil – vale aqui lembrar o trabalho pioneiro de Luiz Mott (Mott 1988) –, dos Estados Unidos, de França, de Inglaterra e mais recentemente de Espanha. Isso não significa, no entanto, que esse tipo de estudos ou linhas de pesquisa estejam totalmente ausentes da academia portuguesa. O teimoso trabalho de António Fernando Cascais (Cascais 2004), as publicações de Paulo Drummond Braga (Braga 2010) e Isabel M. R. Drummond Braga (Braga 2002), a pesquisa de Ana Cristina Santos (Santos 2005) ou o grupo «intersexualidades» da faculdade de letras da Universidade do Porto são disso prova.

Logo, só podemos salientar todo o interesse do livro de Raquel Afonso. Valendo-se de uma linha teórica ligada aos *subaltern studies* e aos estudos LGBTQ, acrescenta um valioso documento sobre a vivência dos homossexuais durante o Estado Novo. Alguns estudos sobre o tema já foram publicados em Portugal (Almeida 2010; Correia 2016) e o livro sob escrutínio dá-lhes algum seguimento, introduzindo uma dimensão de «história oral».

Contudo, a Autora pouco ou nada se interessou por uma bibliografia sobre o tema publicada em França, na Inglaterra e nos Estados Unidos. O que só vem comprovar a autarcia da própria academia portuguesa. Pois, sendo o livro o resultado de uma tese de mestrado, a falta não recai tanto na Autora quanto na instituição e nos professores que não souberam facilitar o acesso à então mestranda de obras ou de uma bibliografia sobre a homossexualidade em Portugal. Por mais que esse livro, com alguma ingenuidade, dê a pensar que pouco se sabe sobre os homossexuais e lésbicas durante o Estado Novo, alguns estudos já foram publicados sobre o assunto.

O livro pretende resgatar memórias de homossexuais e lésbicas «*de baixo*, dos que não pertenciam às elites, dos que não tinham história, e a forma como conseguiam engendrar estratégias para resistir no dia-a-dia, para sobreviver» (p. 23). Trata-se, portanto, a partir de entrevistas a cinco mulheres e cinco homens, naquilo que a autora, na esteira de Maurice Halbwachs e Sónia Vespeira de Almeida designa por uma «*etnografia retrospectiva*» (p. 24), de dar a ver a maneira como os informantes viveram a sua sexualidade e a sua vida afetiva durante o Estado Novo e conseguiram, com «*as armas dos fracos*» (p. 144), inventar estratégias para «viverem uma sexualidade que era condenada médica, legal e socialmente» (p. 144).

Se bem que existam, de facto, alguns relatos e uma documentação cada vez mais ampla sobre uma certa elite cultural homossexual durante o Estado Novo, o mesmo não acontece com «os de baixo» (p. 23). Porém, e embora Raquel Afonso queira redimir do olvido «identidades assujeitadas» (Foucault) e «práticas possíveis que permitem às pessoas resistir» (p. 53), não nos parece de todo que os entrevistados pertençam literalmente aos «de baixo» (salvo uma das cinco mulheres, Maria), mas mais à classe média urbana. O que deixa de fora os homossexuais do «povo», mormente do mundo rural. Na sociedade classista do Estado Novo, esses sim foram os verdadeiros subalternos. As suas memórias continuam «escondidas ou interditas» (p. 39), embora a ficção nos tenha dado a ver (Santareno 1961) a tragédia vivida pelos homossexuais do povo. Também convinha estudar esse «povo», nomeadamente a «arraia miúda» das vielas de Lisboa e dos becos do Porto. Pois, nesses bairros marginais «aonde miam gatas, / E o peixe podre gera os focos de infecção», para falarmos à maneira de Cesário Verde, também existiu uma subcultura homossexual, documentada pelo menos desde os finais do século XIX, um «*bas-fond*» (p. 161) que também soube resistir à repressão. Esse mundo marginal(izado) era visivelmente frequentado por alguns desses informantes (p. 161). O Zézinho da Sé, a *flaming queen* da Ribeira do Porto, protegido pelas prostitutas da rua Escura, ou o «Menino Amélia» do Bairro Alto, foram, em pleno Estado Novo, casos paradigmáticos desse mundo *queer* marginal por resgatar. Aliás, não é por acaso que, ainda no Estado Novo, os primeiros bares gays de Lisboa tenham surgido no Bairro Alto, famigerado lugar de prostituição feminina (e masculina) desde o século XIX.

Além disso, a emigração foi também outro meio de resistência à ditadura social. Conquanto esteja trabalhado e estudado, o fenómeno migratório português merecia ser «*queerizado*», como já tem vindo a ser feito fora. Com efeito, houve uma emigração por outros motivos que económicos ou políticos e, a partir dos anos

60, Paris tornou-se a segunda capital dos gays portugueses¹, com redes de solidariedade no seio da comunidade *queer* portuguesa radicada na capital francesa. É um facto documentado que nos grandes hotéis parisienses, em certos cafés e restaurantes, trabalhavam muitos homossexuais portugueses². O «salto» e o exílio voluntário foram outros meios de resistência, convinha lembrá-lo. António Variações, a poetisa e escultora Isabel Meyrelles ou o poeta Al Berto são exemplos disso.

Ainda que possa existir uma sexualidade precoce e, para algumas pessoas, uma clara identidade sexual antes da puberdade, não nos parece de todo que seja o caso dos entrevistados, nascidos entre 1945 e 1955. Logo, os relatos de vida apontam muito mais para os últimos quinze anos antes de se dar o golpe de Estado do 25 de Abril de 1974, do que «os últimos vinte/trinta anos antes» (p. 49). Ora esses quinze anos coincidem com uma mudança radical da política interna, decorrente das guerras coloniais e da Primavera Marcelista, e com um afrouxamento no que tange à «moralidade» nos grandes centros urbanos (Lisboa e Porto essencialmente), sem contar com a maior abertura de Portugal para o exterior em termos culturais e sociais – o turismo é outro dado completamente esquecido no livro. No entanto, são os gays portugueses radicados em França que vão dar a conhecer aos amigos franceses (ou dar-lhes vontade de conhecer) as praias da Caparica, certos cafés, praças e jardins de Lisboa, alguns dos quais, na época, com urinóis muito concorridos (p. 166-169). Vale lembrar que o Estado Novo também promoveu o turismo, com mais força a partir dos anos 50, e que as praias do Algarve e dos arredores de Lisboa eram também frequentadas por homossexuais vindos essencialmente de França e Inglaterra. Os cafés da Baixa – a Suiça e a Brasileira em particular – e da rua das Portas de Santo Antão, as pensões nas ruas paralelas à avenida da Liberdade, eram espaços muito frequentados por turistas à procura de «sexo à portuguesa», com homens morenos e peludos, como deixou claro o escritor Renaud Camus nos seus diários.

Tendo em conta a duração da ditadura do Estado Novo, não nos parece que a temática em apreço possa ser entendida de maneira monolítica e ainda menos seguindo a opinião de São José Almeida, citada pela Autora: «O seu ponto mais extremo acontece nos anos trinta e quarenta, intensificando-se de novo, nos anos cinquenta, com o silêncio e a repressão da homossexualidade» (p. 59-60). De facto, as vivências dos homossexuais e lésbicas nos anos 30 nada têm a ver com a dos anos cinzentos do pós-segunda guerra mundial. Aliás, como já foi demonstrado, a sociabilidade gay e lésbica na Lisboa do Entre Guerras era muito mais intensa do que se tem dito, a vários níveis da sociedade, na elite e fora dela. O percurso de vida de António Botto é com certeza o maior exemplo dessa lenta mudança nos primórdios do Salazarismo, uma evolução de que o livro de Raquel Afonso não dá realmente uma ideia por se tratar essencialmente de «história oral».

¹ Já era frequentada por uma elite social *queer* portuguesa desde, pelo menos, os finais do século XIX.

² Ver arquivos da associação homófila francesa Arcadie (1954-1969).

Ainda que a Autora aponte para os elementos da repressão legal e policial implementados pela Primeira República (p. 88-95), faltam alguns dados históricos no que tange à história gay em Portugal para entender melhor o período em apreço. Com efeito, a repressão sistemática começou muito antes do Estado Novo e da Primeira República (p. 53). A partir de 1881, o Governador Civil de Lisboa, António Maria Barreiros Arrobas (1824-1888), lança uma campanha de saneamento contra a prostituição na capital. Embora as rusgas tenham como alvo a prostituição feminina de rua, abrangem também a prostituição masculina, rusgas incentivadas pelos jornalistas republicanos para atacar a monarquia associada à depravação dos costumes. Assim, desde 1881 e até, pelo menos, a Revolução dos Cravos, os espaços de sociabilidade, de prostituição masculina ou de *cruising* homossexual, como a praça do Rossio, o Terreiro do Paço, o Alto da Avenida ou o Jardim do Príncipe Real, estão sob apertada vigilância da polícia: «Já em 1883, foram presos n[o] Príncipe Real pelas dez horas da noite cinco indivíduos [...] verdadeiros prostitutas públicos. As autoridades conseguiram a sua detenção da seguinte forma: alguns agentes fingiram-se passar por descuidados passeantes, sentaram-se nos bancos e esperaram, e pouco depois os tais indivíduos chegando-se e entabulando conversas, mal sabendo que falavam com a polícia» (Aguiar 1926, 553). Esses lugares de engate não só eram vigiados pela polícia como também eram frequentados pelos «arrebentas» apontados pela Autora (p. 198-202).

Por conseguinte, as técnicas de repressão policial documentadas (p. 186-197) não eram próprias do Estado Novo e foram aliás sistematizadas nos anos 1910-1920 por João Eloy (1875-1944), diretor da *Polícia de Investigação Criminal e Preventiva*³ de Lisboa. A repressão do engate, em particular nos urinóis, por parte da polícia portuguesa durante a ditadura, «como acontecia nos anos 20 e 30, nas polícias britânica, alemã e francesa» (p. 194), não passa da continuação de práticas implementadas ainda antes da República, práticas que também aconteciam e aconteceram muito tempo depois da Revolução dos Cravos em países considerados como modelos de democracia até a homossexualidade ser despenalizada. Note-se que os motins de Stonewall de 1969 (p. 19), que deram início a uma onda de resistência e reivindicação contra a criminalização da homossexualidade, aconteceram a seguir a mais uma rusga da polícia num bar frequentado pela comunidade LGBTQ de Nova Iorque.

Se bem que Portugal fosse uma ditadura, no que diz respeito à condição dos dissidentes sexuais, muitos países democráticos da época eram tanto ou mais repressivos se atendermos às políticas implementadas nos Estados Unidos nos anos 50, à repressão sistemática dos lugares de engate e de convívio homossexual, com as devidas penas de prisão para aqueles que eram apanhados nas rusgas, em França, na Inglaterra ou na Alemanha Ocidental, isso até os finais da década de 70. As «*terapias aversivas* de reversão ou conversão» (p. 117), com eletrochoques e até lobotomia (p. 118), eram muito mais praticadas nesses países democráticos,

³ Polícia de Investigação Criminal (P.I.C) a partir de outubro de 1922.

mormente nos Estados- Unidos, do que em Portugal. Aliás, no que diz respeito às «terapias de conversão» continuam a ser uma realidade nos EUA...⁴

A diferença entre Portugal e esses países, é que o «armário» (p. 139) e o «não-dito» (p. 60) a respeito da homossexualidade foram incorporados tanto pelas classes subalternas quanto pela elite cultural homossexual. Com efeito, se noutras bandas existiam grupos «homófilos» e artistas fora do armário a mostrar a condição homossexual e a procurar denunciar a violência, a repressão e a autorrepressão, essa produção foi escassa e invisibilizada em Portugal, por vários motivos. Muitos intelectuais e artistas preferiram, por comodismo e/ou por medo das consequências sociais que a saída do armário podia acarretar, silenciar a sua identidade sexual, como demonstrou Mário Cláudio em 2015 na sua autobiografia *Astronomia* e como deixa claro a Autora com relação aos seus informantes: «[...] precisavam de esconder, de dissimular, a sua orientação sexual [...] de forma a evitar o confronto direto com as normas vigentes, porque a própria segurança dependia do seu anonimato a nível sexual» (p. 145).

A sexualidade não normativa era um tabu social, mas no meio intelectual e artístico da capital cada qual podia fazer o que lhe apetecesse na cama, e com quem quisesse, «desde que vivess[e] a sua sexualidade sem falar disso», «na lei do silêncio» (p. 61), um «don't ask, don't tell» à moda lusitana. A homossexualidade era assim invisibilizada e a censura cortava ou apreendia tudo o que tivesse a ver com o assunto, abrandando, no entanto, a partir de 1970, data em que começam a aparecer livros escritos por autores e intelectuais fora do armário.

Em Portugal, no auge do Estado Novo, a homossexualidade não existia, pura e simplesmente, ainda que aparecesse de raspão em alguns romances e peças de teatro, ou no palco dos teatros de revista, em clave cômica neste caso. Quanto aos autores ou cineastas estrangeiros que falassem do tema eram censurados. Logo, para as lésbicas e homossexuais portuguesas, ficava difícil em tais circunstâncias fazer parte de uma comunidade de destino, ter o sentimento de pertencer a uma comunidade «imaginária»: «O que não há é a ideia de grupo positiva, uma identidade, uma cultura» (p. 79). Tendo em conta os condicionamentos ligados à ditadura e à ditadura social, era difícil existir uma comunidade *queer* suficientemente organizada para reagir politicamente contra o heterofascismo: «[...] não existe uma resistência ativa por parte dos homossexuais e lésbicas neste período» (p. 227). Logo, tendo em conta essa não existência, tornou-se também difícil lutar contra a repressão e a homofobia no Portugal democrático. Não havendo massa crítica suficiente para organizar grupos de pressão junto dos partidos políticos, a luta a favor dos direitos dos homossexuais e contra a homofobia ficaram fora da agenda política: «Assim, apesar de terem início, a partir de 1974 (até os anos 80), algumas tentativas de encetar um movimento homossexual e lésbico em Portugal, este não está totalmente amadurecido para conseguir sobreviver» (p. 211). Afinal, o 25 de Abril não trouxe grandes mudanças, e foi preciso esperar 1982 para que a homossexualidade fosse descriminalizada. Mas, como conclui Raquel Afonso, «a

⁴ Ver o documentário de Caroline Benarrosh, *Tu deviendras hétéro mon fils* (Fr., 2020).

verdade é que as restantes homofobias se mantêm, algumas delas até hoje, enraizadas na mentalidade da população portuguesa e dos próprios homossexuais» (p. 229).

Bibliografia

- AGUIAR, António Asdrúbal d'. 1926. «Evolução da pederastia e do lesbismo na Europa: contribuição para o estudo da inversão sexual.» *Arquivo da Universidade de Lisboa*, vol. XI, 335-620.
- ALMEIDA, São José. 2010. *Homossexuais no Estado Novo*. Porto: Sextante.
- ARENAS, Fernando & Susan Canty Quinlan (orgs.). 2002. *Lusosex: Gender and Sexuality in the Portuguese-Speaking World*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- BENARROSH, Caroline (real.). 2020. *Tu deviendras hétéro mon fils*. Tohubohu/Falabracks (70 min.).
- CASCAIS, António Fernando. *Indisciplinar a Teoria. Estudos Gays, Lésbicos e Queer*. Lisboa, Fenda, 2004.
- CLÁUDIO, Mário. 2015. *Astronomia*. Alfragide: Dom Quixote.
- CORREIA, Ana Clotilde. 2016. *Corpo de Delito: a repressão policial à homossexualidade na primeira década do Estado Novo – Arquivos da Polícia de Investigação Criminal de Lisboa*. Lisboa: ISCTE-IUL (Dissertação de mestrado). <<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/12564>>
- DRUMMOND BRAGA, Isabel M. R. 2002. «Os Estrangeiros e a Inquisição Portuguesa: Séculos XVI e XVII.» Lisboa. Hugin, 327-339.
- DRUMMOND BRAGA, Paulo. 2011. *Filhas de Safo*. Lisboa: Texto.
- MOTT, Luiz. 1988. «Pagode Português. A Subcultura Gay em Portugal nos Tempos Inquisitoriais.» *Ciência e Cultura*, 40:2,120-139.
- SANTARENO, Bernardo. 1961. *O pecado de João Agonia*. Lisboa: Ática.
- SANTOS, Ana Cristina. 2005. *A Lei do Desejo. Direitos Humanos e Minorias Sexuais em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.